

ENTREVISTA – DENISE MACHADO CARDOSO

Denise Machado Cardoso é Antropóloga e Historiadora, Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA-UFPA). Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). Atua no Comitê de Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (CAV-ABA). Coordena o Grupo de Estudos sobre Populações Indígenas (GEPI) e o Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem (VISAGEM). Realiza projetos audiovisuais em municípios do arquipélago do Marajó, pesquisa usos do ciberespaço por povos originários e políticas públicas de ações afirmativas na UFPA.

Parceira em eventos do GEPEM e demais atividades, nestes 30 anos de presença no meio universitário, seu percurso acadêmico e de militância política inspiraram o convite da Comissão Editorial para esta entrevista.

Memórias, Visagens, Viagens entre Povos Originários

RGA – Quando começou o interesse em estudos sobre relações sociais de gênero?

DMC – O interesse pelas diferenças de gênero era presente desde a minha adolescência e, embora não soubesse que já haviam estudos específicos sobre as questões que envolvem o masculino e o feminino, eu questionava algumas regras sociais baseadas nos fatos das pessoas serem homens ou mulheres. Lia revistas e romances que me instigavam sobre algumas situações vivenciadas por mulheres nas matérias jornalísticas e nas personagens de romances como *O Cortiço*, *Capitães de Areia*, *Paraguenses*, entre outros. Ao ingressar no curso de graduação em História, eu me surpreendi quando “descobri” que havia na biblioteca Central da Universidade Federal do Pará uma estante com vários livros sobre este assunto. Foi uma grata surpresa para mim e passei a ler as obras nos intervalos de aulas. Desde então, o interesse pelo tema passou a ser uma constante em termos da minha vivência acadêmica.



RGA – Quais as preocupações quando descobriste o “ser mulher”?

DMC – Durante a infância, eu era a única menina em meio aos meus irmãos e primos e desde essa época percebia que não poderia participar de determinadas brincadeiras por ser uma mulher. Mesmo que brincasse em casa com meus irmãos, eu não poderia fazê-lo na rua ou quando houvesse a participação de meninos de outras famílias. Esta situação me inquietava, pois, junto com tais interditos, vinham as prescrições quanto ao vestuário, ornamentos nos cabelos, posturas corporais, e várias regras sociais. Além disso, eu sentia vontade de realizar tarefas junto com meu pai, mas era impedida porque “não era coisa de menina”.

Em casa, percebi ao longo dos anos que minha mãe era uma pessoa questionadora e sempre se posicionava de maneira crítica em relação às diferenças relativas às oportunidades de trabalho, à participação nos espaços públicos de lazer e nas questões de estudo. Desse modo, a primeira feminista que conheci foi Dona Deusa, minha mãe. Ela não se declarava como uma mulher feminista,

tal como ocorria com inúmeras outras mulheres, mas suas falas e ações eram inspiradas no que consideramos ser próprio deste movimento social. Era recorrente o incentivo ao trabalho remunerado e à construção da casa própria, além do apoio aos estudos, às viagens, ao amor, à liberdade e independência, sem perder de vista a valorização da feminilidade e a luta por justiça social.

Além dos conselhos voltados para a conquista da autonomia financeira e intelectual, minha mãe sempre indicava suas preferências de atrizes, cantoras e mulheres que atuavam na cena política nacional. Dentre as mulheres que ela considerava admiráveis, destaco, por exemplo, as atrizes Leila Diniz e Luz Del Fuego, as cantoras Maysa e Dolores Duran, e a psicóloga Marta Suplicy.

Ao longo de décadas, eu a ouvia falar como era importante a mulher ser independente e se posicionar diante da desigualdade marcada pelas diferenças entre os sexos. Somada às orientações inspiradas em práticas feministas, houve o incentivo à leitura e outras fontes de conhecimento. Sempre em busca por novas informações, Dona Deusa era uma pessoa atenta ao que ocorria no mundo, e por isso “devorava” jornais e revistas, assistia assiduamente aos telejornais, ouvia programa de rádio, conversava e buscava conhecer de maneira pormenorizada os principais acontecimentos. Era autodidata e conseguia conhecer as coisas, pessoas e lugares a partir desta busca incessante.

Cresci ouvindo e observando minha mãe se posicionar contra a desigualdade de gênero. Começou a trabalhar à revelia da opinião de meu pai, que preferia tê-la como uma “mulher do lar”. Creio que ela o convenceu trazendo evidências do quanto seria benéfico para nossa família ter uma fonte de renda a mais, como de fato ocorreu. Assim, ela foi trabalhar na fábrica Souza Cruz e passou a ter sua dupla jornada de trabalho, mantendo as tarefas de casa com aquelas de sua nova função.

Sempre trago em mente seu sorriso, suas falas contundentes, seu posicionamento incisivo, suas “brincas”, seu orgulho em ter filhos e filha estudiosos. Quando eu e meus dois irmãos nos tornamos adultos, ela expressava que nós lhe demos uma das principais satisfações, que era ter possibilitado a formação de suas “crias”. Por certo, um feito que foi conquistado mediante a luta pelas condições favoráveis à nossa inserção e conclusão em curso superior. Ao ler “Sejamos todos feministas”, de Chimamanda Adichie (2015), deparei-me com as ideias apresentadas por minha mãe há décadas e que ainda hoje ressoam tão atuais.



Com Fernando, meu irmão mais velho (1967).

RGA – Como os estudos de Gênero foram influenciados pelo Grupo de Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero Eneida de Moraes (GPEM)?

DMC – Conheci o GPEM quando procurei orientação para elaborar meu projeto de mestrado, em 1995. Nesse período, eu tinha interesse em estudar a gravidez na adolescência e, ao buscar orientação para realizar pesquisa sobre este tema, recebi a sugestão de procurar por Luzia Álvares, coordenadora do GPEM. Conversamos em várias oportunidades e sobre diferentes assuntos, sempre tendo como foco a proposta de estudo sobre mulheres. Lembro dos relatos sobre minha trajetória e o interesse demonstrado por Luzia Álvares em meu percurso estudantil e acadêmico, perguntando sobre várias questões que me levaram até ela.

Foi durante uma dessas conversas que tive a grata surpresa ao descobrir que aquela mulher que tanto me ouvia com atenção era a mesma que assinava a coluna “Panorama”, do Jornal *O Liberal*. A

alegria que senti foi indescritível porque eu lia as suas críticas sobre os filmes exibidos nos cinemas de Belém. Um prazer imenso ao ler a coluna quando o filme ia ser lançado e quando a relia após assistir ao filme.

Ao mesmo tempo em que me sentia feliz por estar convivendo com Luzia Álvares, eu me sentia realizada por estar frequentando, mesmo que espaçadamente, o grupo de pesquisa que ela coordenava juntamente com outras pesquisadoras e pesquisadores. O grupo, criado em 1994, partiu da ideia de estudar mulheres e inspirado na trajetória de Eneida de Moraes. Ao longo dos anos, o tema foi ampliado para estudos de gênero e o grupo se tornou um ponto de referência na Amazônia.



Com Luzia, Luciana e Angélica, no 24º aniversário do GEPEM.

O GEPEM faz parte da Rede Norte de Pesquisa sobre Gênero (Redor), e atua em várias frentes, em parceria com instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais e movimentos sociais. Com esse perfil de atuação, várias são as possibilidades de atuação e engajamento de sua equipe. Nesse contexto, tive a oportunidade de participar em eventos promovidos por órgãos do governo em suas diferentes instâncias, proferi palestras e ministrei cursos, coordenei mesas em eventos do próprio GEPEM e publiquei artigo em revista do grupo.

Por indicação de Luzia Álvares, participei como representante do GEPEM, na condição de Consultora *Ad Hoc*, no Comitê do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (2014/2016), tendo a oportunidade de contribuir com ações voltadas para que empresas de grande porte (públicas e privadas) incentivassem a equidade de gênero e raça. No contexto deste comitê, interagi com pessoas que haviam se tornado referência em meus estudos sobre relações sociais de gênero.

As professoras Marlise Matos (UFMG) e Jussara Reis Prá (UFRGS) foram duas dessas pessoas com quem tive a honra de interagir nas oportunidades em que o Comitê do Prêmio Pró-Equidade de Gênero e Raça desenvolvia as reuniões, oficinas e eventos de premiação. Suas obras na área da Ciência Política foram de grande valia nas pesquisas que desenvolvi sobre o protagonismo de mulheres, além dos estudos sobre cidadania e participação política. Conhecê-las pessoalmente nestas condições e contexto me proporcionou uma imensa satisfação pelo fato de considerá-las importantes pesquisadoras no tema vinculado aos marcadores sociais gênero e raça.

RGA – Atualmente, como te sentes nos estudos sobre as teorias de gênero e os marcadores sociais?

DMC – Durante o mestrado em Antropologia Social, eu realizei pesquisa sobre o trabalho da mulher na pesca – trabalho invisibilizado que está sendo evidenciado devido à mobilização das mulheres pescadoras. As leituras de obras referenciais como, por exemplo, as de Angélica Motta-Maués (1993), Cristina Maneschy (1995), Ligia Simonian (1995; 1998) e Edna Alencar (1993) tornaram-se leituras basilares para o debate que se iniciava no que se refere à desconsideração da importância da produção realizada pelas mulheres.

A partir das leituras sobre mulheres e pesca, percebi que, além da atividade pesqueira, elas desenvolvem múltiplas tarefas que não se restringem aos aspectos produtivos, pois realizam várias outras atividades que são evidenciadas nas práticas políticas, festivas, educacionais e de lazer. A partir destes estudos realizados no âmbito do mestrado, ampliei as propostas de pesquisa envolvendo no

doutorado o protagonismo político das mulheres. Desde então, as pesquisas que desenvolvo estão relacionadas às relações sociais de gênero, tendo como “pano de fundo” o debate acerca dos impactos que a lógica do binarismo e da dualidade se fazem presentes nas sociedades ditas modernas e/ou ocidentais. A hierarquização aplicada ao binarismo impacta sobremaneira nas relações sociais, tornando-as desiguais e, conseqüentemente, a visão binária e dualista não determina por si só a desigualdade, mas a maneira como as pessoas aprendem a estabelecer valores (no caso o masculino e o feminino) influencia na construção de privilégios.

Os projetos de pesquisa que desenvolvi neste período do final da década de 1990 traziam esta base teórica que enfatizava a mulher no trabalho, ou a mulher na política, ou a saúde da mulher, e assim por diante. A partir do doutorado, ampliei o escopo teórico e, desde então, realizo estudos sob diferentes perspectivas, tendo as questões de gênero presentes em todas elas, mas acrescentando o debate da interseccionalidade.

Em décadas de formação, os estudos que realizo geralmente envolvem as relações sociais e a diversidade se apresenta em relação à sexualidade, educação, trabalho e profissões, expressões artísticas e ativismo político. As atuais propostas de estudo que coordeno estão baseadas nas discussões apresentadas por Lélia Gonzalez, bell hooks, Angela Davis, Beatriz Nascimento, Judith Butler, Ramon Reis, Mônica Conrado, Débora Diniz, Isadora França Ribeiro e tantas outras pessoas que se debruçam nas investigações acerca de gênero, raça, classe como marcadores sociais da diferença. Para além do binarismo que sustentava os debates teóricos em fins do século XX, é relevante considerar a interseccionalidade e não apenas um ou outro marcador social.

As realidades de mulheres parteiras no arquipélago do Marajó, as mulheres indígenas e os usos que fazem da internet para fortalecer seus povos, a inserção de pessoas quilombolas nas universidades, a mobilização de pessoas trans para obtenção de ações afirmativas no Ensino Superior, são alguns temas que dedico aos meus estudos e que exigem superação de interpretações sustentadas em binarismos. A pluralidade e diversidade não permitem que as pesquisas sobre relações sociais de gênero se restrinjam a apenas um aspecto que marque socialmente as pessoas. Desse modo, os projetos de pesquisa e de extensão levam em consideração as demandas, vozes, olhares e percepções dos grupos sociais aos quais envolvo nas práticas investigativas e de ensino que desenvolvo no âmbito acadêmico e não acadêmico.



Com amigas: Kátia, do povo Munduruku, e Irluza, do povo Apiaká, em evento na França (2023)